

Uma sintética e didática compilação sobre a matéria direcionada exclusivamente à rápida atualização e preparação na LEI 8.112/90, com esquemas e diagramas. Trata-se de obra indispensável a todos aqueles que estão ligados à matéria nas graduações, exames da OAB e concursos públicos.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO  
PRINCÍPIOS VETORIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
PODERES ADMINISTRATIVOS  
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
ATOS ADMINISTRATIVOS  
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
INSTRUMENTOS DE GESTÃO ASSOCIADA  
LICITAÇÃO E SEUS ASPECTOS PECULIARES  
SERVIDOR PÚBLICO E A REFORMA PREVIDENCIÁRIA  
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO  
SERVIÇO PÚBLICO  
PATRIMÔNIO PÚBLICO  
INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE PRIVADA E NO DOMÍNIO ECONÔMICO  
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO  
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA  
ALCANCE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)  
DIREITO ADMINISTRATIVO DA CIDADE

LEI 8.112/90 COMENTADA

PEDRO DURÃO



PEDRO DURÃO  
ANDRÉ DÓRIA



Pedro Durão é Mestre em Direito (UFPE) e Membro do Instituto Brasileiro da Advocacia (IBAP). Procurador do Estado lotado na Subprocuradoria Geral do Estado de Sergipe na pasta pertinente aos Convênios e Consórcios administrativos e Diretor-pedagógico da Escola Superior da Associação dos Procuradores do Estado de Sergipe (APESE) eleito por seus pares. É especialista em Docência do Ensino Superior (UCAM/RJ). Ministra cursos de Direito aplicado aos Convênios e Consórcios Administrativos. Professor de Direito Administrativo de Especialização na Universidade Tiradentes (UNIT/SE) e na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Coordenador do Curso de Especialização em Direito do Estado (UNIT/SE). Ministra Cursos de Direito Administrativo na Escola Superior do Ministério Público de Sergipe (ESMPSE), Escola Superior da OAB/SE, Tribunal de Contas (TCE/SE). É professor em diversos Cursos Jurídicos preparatórios para Concursos Públicos. Ex-professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Federal de Sergipe. Autor de vários artigos jurídicos e teses em Congressos Nacionais. É Conselheiro Estadual da OAB/SE e advogado.

# LEI 8.112/90 COMENTADA REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO

RESUMOS E APLICAÇÕES OBJETIVAS  
ESQUEMAS E EXEMPLOS PRÁTICOS  
SÚMULAS E DECISÕES ATUALIZADAS

